

Projeto de Cabral irrita Sarney e militares

Chamado ao Palácio, relator pode excluir anistia. Mas este é só um dos pontos de atrito

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney convocou ontem o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização para uma reunião do Palácio da Alvorada, às 14h30, da qual participou, também, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. O objetivo do encontro: transmitir ao relator sua profunda irritação pela forma de encaminhamento das negociações na Constituinte e manifestar sua contrariedade pela inclusão da anistia dos militares no texto substitutivo, que os militares não aceitam, sob qualquer hipótese.

Durante a conversa, Sarney deixou claro sua contrariedade em relação a vários pontos. Pelo fato de o relator haver tentado negociar seu mandato em troca do parlamentarismo, sem que sequer houvesse feito qualquer consulta, quando o pressuposto é de que ele, na condição de presidente da República, é o fiador da Aliança Democrática. E também por haver incluído no substitutivo a anistia, e um sistema de reforma agrária — entre outros pontos — que restringem a negociação na Constituinte.

Um assessor político do Presidente Sarney revelou que a partir desta situação estabelecida — mais por falta de habilidade política — o Governo montou uma estratégia que consiste, fundamentalmente, em abrir o maior espaço

possível para a negociação em torno do substitutivo de Bernardo Cabral, que será entregue ainda hoje. A partir daí a mobilização será no sentido de eliminar os pontos conflitantes através de emendas no novo prazo que se abre até o próximo dia 2 de setembro.

A situação em que se encontra a Aliança Democrática hoje, cuja confiabilidade vem sendo posta em dúvida, na medida em que se utiliza de um discurso e age de forma diferente, é governo e não assume esta condição, foi outro tema analisado no encontro de ontem entre Sarney, Bernardo Cabral e Costa Couto, relator do assessor. "Todas estas questões foram cuidadosamente estudadas tendo em vista a busca de saídas para evitar que o processo político entre em uma rota de colisão, prejudicial a todo o processo de transição em vigor", explicou a fonte. E provável, inclusive, que da versão final do substitutivo de Bernardo Cabral que deve ser entregue hoje não conste mais a anistia dos militares.

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto confirmou ontem que o presidente José Sarney vem conversando com constituintes, em encontros isolados e coletivos, sobre a questão do presidencialismo, como ontem, com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

"É legítimo que o Governo lute pelos seus pontos de vista. Portanto vamos deixar de hipocrisia", disse

Costa Couto, ante as críticas de que o Palácio do Planalto vem realizando uma interferência indevida junto a Constituinte. Segundo o ministro, Sarney tem conversado intensamente com os políticos "numa ação marcada pela persuasão", mas em momento algum tentou impor sua vontade. Mas, concluiu Costa Couto, "ao final o voto é que decidirá porque a soberania da Constituinte será respeitada".

SOBERANIA

O ministro negou que o Governo dispusesse de alguma estratégia no sentido de reverter a tendência parlamentarista entre os congressistas. "Até porque, pelas nossas informações, a maioria do PMDB e parte significativa dos constituintes são favoráveis ao presidencialismo", acrescentou. Segundo ele, "não há segurança com relação à posição hegemônica favorável ao parlamentarismo, entre os constituintes".

Sobre a proposta do governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, — para que na hipótese de aprovação do parlamentarismo seja realizado um plebiscito, a fim de que o povo possa manifestar mais uma vez sua posição sobre o sistema de Governo, — Costa Couto comentou: "Não deixa de ser uma proposta nova. Acho, entretanto, que a soberania da constituinte deve ser preservada, somente num caso excepcional justificaria a convocação de um plebiscito".

ADAUTO CRUZ



Militares condecoram Cabral pela manhã, embora insatisfeitos com a forma com que ele trata a anistia no substitutivo

As cassações falsas poderão ser indenizadas

Os militares que foram cassados no governo Costa e Silva após o dia 25 de agosto de 1969, quando o presidente sofreu um derrame cerebral, se comprovarem que foram punidos por atos falsificados, poderão ter seus casos revistos e requerer do Estado as indenizações devidas. Este foi um dos pontos definidos até a noite de ontem pelo relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), em relação à polêmica questão da Anistia, que continuava sem solução. De acordo com o senador José Ignácio Ferreira (PMDB/ES) um dos relatores adjuntos — a resistência para o consenso ainda era a possibilidade de reintegração dos cassados e o pagamento dos atrasados, defendidos pela ala progressista e não aceitos pelos setores militares e a direita.

Os militares que foram cassados no governo Costa e Silva após o dia 25 de agosto de 1969, quando o presidente sofreu um derrame cerebral, se comprovarem que foram punidos por atos falsificados, poderão ter seus casos revistos e requerer do Estado as indenizações devidas. Este foi um dos pontos definidos até a noite de ontem pelo relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), em relação à polêmica questão da Anistia, que continuava sem solução. De acordo com o senador José Ignácio Ferreira (PMDB/ES) um dos relatores adjuntos — a resistência para o consenso ainda era a possibilidade de reintegração dos cassados e o pagamento dos atrasados, defendidos pela ala progressista e não aceitos pelos setores militares e a direita.

FALSIDADE

O militar Dalmo Honaiser impetrou em maio de 1978 uma ação contra a União para provar que seu ato de cassação datado de 27 de agosto de 1969 era falso, já que o presidente Costa e Silva havia sido vitimado pelo derrame cerebral entre os dias 25 e 26 do mesmo mês, quando o governo passou a ser chefiado pela junta militar composta pelo general Lira Tavares, Almirante Augusto Rademaker e o tenente-lerigeiro Márcio de Souza Melo.

Mais tarde peritos do Instituto Carlos Eboli, da Polícia Estadual de São Paulo, constataram a falsidade do decreto de cassação, batido sobre uma dobra de papel já velho e usado, para aproveitamento de uma assinatura do presidente Costa e Silva em um papel em branco.

Uma dificuldade no exame da anistia é a questão das punições por atos administrativos. E que elas foram feitas por motivos políticos mas também por roubo, indisciplina e homossexualismo, segundo relator-adjunto, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Os atos atingiram sobretudo os marinheiros, que, de acordo com o senador José Agripino Maia (PFL-RN), poderiam ter sua situação resolvida mediante a via judicial.

Autor de emenda sobre a anistia que obteve o apoio do grupo do consenso e do grupo dos 32, Agripino disse desconhecer as razões da indefinição de Cabral sobre o tema.

Relator vai, vem, e ganha até medalha

Na véspera da data da apresentação do substitutivo ao projeto constitucional, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), recebeu a medalha do Mérito Militar, almoço com o presidente José Sarney, reuniu-se com o Presidente novamente por volta das 15 horas, reabriu em seguida as discussões sobre o sistema de governo, anistia e reforma agrária, e adiou uma reunião com a esquerda para, com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), deixar o Prodasen com rumo desconhecido.

No final da tarde, Cabral saiu do Centro de Processamento de Dados do Senado acompanhado por Fernando Henrique dizendo que iriam falar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Não foram, e no Congresso ninguém soube dizer onde teriam ido. Até às 21h30, Cabral e o senador não haviam retornado ao Prodasen, onde os aguardavam alguns relatores-adjuntos. Comentava-se que eles estariam concluindo as negociações com o governo e os chefes militares, sobretudo sobre a questão da anistia.

Com esta saída imprevista de Cabral, foi adiada a reunião que o relator teria com os constituintes de esquerda do PCB, PC do B, PDT, PT, PSB e do Movimento de Unidade Progressista, uma dissidência do PMDB. Pela manhã, eles haviam se reunido e decidido pedir a Ulysses que intermediasse um encontro com Cabral, a fim de que pudessem expor suas posições sobre itens como anistia, reforma agrária, estabilidade e jornada de trabalho. Ulysses falou então com Cabral, e o encontro ficou acertado para as 18 horas. Foi adiado depois — deveria ocorrer de madrugada — e Cabral desculpou-se com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos articuladores da conversa com a esquerda, alegando um compromisso importante.

Cordeiro: o regimento tem falhas

O primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) propôs a elaboração de um regimento específico para a votação da Constituição no plenário da Constituinte. Segundo ele, o regimento interno e, em muitos aspectos, confuso e omissivo com relação a essa fase, o que pode gerar "intranquilidade e dúvidas legais", que dificultaria a conclusão dos trabalhos.

Para Marcelo Cordeiro, é necessário "clarear" o processo de votação da Carta em plenário, já que na época de elaboração do regimento interno era "praticamente impossível prever como os trabalhos se desenvolveriam", o que deixou uma série de "vácuos" que podem ser levantados na época da votação. Depois de encerrados os trabalhos da Comissão de Sistematização, por exemplo, o regimento não faz qualquer referência a orações nem para votação nem para resposta de recursos que sejam encaminhados à mesa, observa Cordeiro.

Substitutivo deve ser entregue hoje

O primeiro substitutivo do projeto de Constituição deverá ser entregue hoje, às 17 horas, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pelo relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral. Apesar do prazo para a entrega desse substitutivo ter sido adiado de domingo passado para hoje, alguns assessores do relator não acreditam que esse substitutivo consiga ser fechado a tempo.

A noite passada — estimava-se — seria de negociações. Ainda não se encontrou consenso da reforma agrária, no sistema de governo e no mandato presidencial. Também não está fechado o capítulo referente à vigência do novo sistema de governo — se após o término do mandato do presidente Sarney ou se 120 dias após a promulgação da Constituição.

Outro sistema, após a conversa

Depois de dois encontros com o presidente Sarney (o primeiro no almoço e o segundo no meio da tarde), o relator Bernardo Cabral decidiu ontem alterar os dispositivos de seu projeto que tratam do sistema de Governo, anunciados na véspera como definidos. No texto que estava sendo discutido ontem à noite, no Prodasen, e mantido o regime parlamentarista, mas dificultada a rejeição do Primeiro-Ministro através do instituto da "aprovação passiva" pelo Congresso.

Esta fórmula foi definida ontem à tarde, quando o relator decidiu reabrir a discussão do assunto com seus adjuntos, logo após conversar com Sarney. No princípio da noite ele deixou o Prodasen, acompanhado pelo senador Fernando Henrique Cardoso, para um encontro que todos os auxiliares classificaram como "importantíssimo" — aventou-se que poderia ser com militares. A esta altura, o relator-adjunto Nelson Jobim já advertia que a questão poderia voltar a ser objeto de modificações durante esta madrugada.

Segundo o senador Maurício Correia, que também esteve no Prodasen, nem mesmo a hipótese de

preservação do presidencialismo deve ser afastada. Ele lembrou que o presidente Sarney é favorável a este regime e advertiu para "o imenso poder de fogo" que o Governo detém, como distribuidor de cargos públicos.

Cai o diploma dos jornalistas

Além do sistema de governo e da anistia, que permanecem em discussão, eis as outras definições de ontem:

Liberdade — Não serão regulamentadas pelo Estado as profissões que envolvam liberdade de pensamento. (Entre outras, o dispositivo atinge principalmente a profissão de jornalista e as atividades ligadas ao meio artístico).

Jornada — A jornada de trabalho será de 8 horas diárias. A lei complementar determinará a duração da jornada semanal.

Estabilidade — É garantida a relação de emprego, vedada a demissão imotivada, a ser definida pela legislação ordinária.

A fórmula parlamentarista definida ontem compatibiliza a chamada "emenda Afonso Arinos" com o texto proposto pelo senador José Fogaca à Subcomissão do Poder Executivo. Através dela, é dispensada a aprovação explícita da Câmara para o Primeiro-Ministro indicado pelo Presidente da República: se dez dias após a nomeação o Parlamento não tiver rejeitado o nome por maioria absoluta, ele é considerado automaticamente aceito. Neste caso, só depois de seis meses pode ser proposta a primeira moção de censura ao gabinete.

Na hipótese de rejeição, o presidente pode propor um segundo nome, que será submetido ao mesmo ritual. Só após a terceira rejeição consecutiva é que o Presidente da República ganha o direito de dissolver a Câmara e convocar novas eleições, ouvindo previamente o Conselho da República.

Outra inovação do novo texto é a dispensa de um pré-requisito que vem sendo sistematicamente imposto aos candidatos a Primeiro-Ministro: agora, eles não precisam ser necessariamente parlamentares. Segundo o senador José Ignácio, um dos adjuntos, esta abertura amplia bastante o "leque de opções" do Presidente da República.

Parlamentaristas fazem advertência

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O Palácio do Planalto não deve subestimar a tendência nitidamente parlamentarista da maioria dos constituintes, sob pena de contribuir, com a radicalização, para que o mandato da atual Presidentada da República termine sendo fixado, não em cinco, mas em quatro anos, conforme advertiam, ontem, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, e o deputado mineiro Israel Pinheiro Filho.

Cardoso era presidencialista convicto, mas mudou a sua posição a partir do momento em que não apenas verificou que o presidencialismo era fonte de crises intermitentes, em 96 anos de República, como também porque constatou que o caráter imperial da Presidência da República só poder ser removido com uma mudança radical que conduza a uma desconcentração de poderes, como ocorre com o regime de gabinete.

O líder do PMDB no Senado ficou impressionado com discurso que foi pronunciado há 15 dias, da tribuna da Constituinte, pelo senador e professor Afonso Arinos de Melo Franco, um presidencialista histórico que virou parlamentarista quando verificou que é o sistema presidencialista o grande responsável pelas sucessivas crises institucionais que o País tem enfrentado ao longo da República.

Algumas das lideranças mais importantes da Constituinte, abrigadas sob dife-

rentes legendas, são parlamentaristas, como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Bonifácio José de Andrada (PDS), Pimenta da Veiga, Luis Henrique (líder do PMDB na Câmara), Cid Carvalho, Israel Pinheiro Filho, Genebaldo Correia, Jutahy Magalhães Junior, Carlos Chiarelli, Victor Faccioni, para citar apenas uma pequena relação.

Fernando Henrique Cardoso revela que o projeto da nova Constituição preparado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização — e que deve estar sendo anunciado hoje — prevê, em uma de suas disposições, o regime parlamentarista no modelo concebido pelo professor Afonso Arinos Filho que, reconhece ele, deixa o Presidente da República com poucos poderes.

Atento à movimentação do Palácio do Planalto e, principalmente, de seu líder no Congresso, o deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PMDB no Senado propõe que, mediante negociações, se reconstitua o modelo de parlamentarismo-presidencialista aprovado pela Comissão de Organização de Poderes e Forma de Governo, o qual resultou de negociações que se fizeram em cima dos pareceres do senador José Fogaca (PMDB-RS) e do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O próprio Cardoso, junto com o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, participou das negociações que resultaram naquele mode-

lo, no qual o Presidente da República detém as condições de chefe de Estado e chefe de governo, tendo o poder de indicar o primeiro-ministro, que também pode exonerar, desde que ouça o Conselho Constitucional e faça a comunicação por escrito ao Parlamento das razões dessa demissão.

O senador paulista acredita que o relator Bernardo Cabral acolheu o parlamentarismo clássico, na forma idealizada por mestre Afonso Arinos, para forçar uma mudança de atitude do Palácio do Planalto, atraindo o presidente José Sarney e seus amigos para uma negociação que poderá submeter a atual fórmula a algumas alterações essenciais.

Muitos parlamentares que defendem o parlamentarismo não escondem o receio de que o Governo Federal mobilize um poderoso corpo de pressão para derrubar a emenda parlamentarista.

A fórmula parlamentarista adotada por Bernardo Cabral estabelece que o novo sistema não seria estendido aos Estados. O senador piauiense Hugo Napoleão, que é presidencialista, tinha apresentado emenda prevendo a extensão do parlamentarismo aos Estados, como forma de motivar os governadores a uma articulação contra o regime de gabinete. Atentos a isso, os parlamentaristas conseguiram retirar essa emenda de Hugo Napoleão, com a esperança de desmobilizar os governadores contra o novo regime.

A prova da falsificação

INSTITUTO "DEL PICCHIA"
PERICULAS DOCUMENTOS FALSIFICADOS

27. 8. 69

Nota: AS DIVERSIDADES ENTRE ESTAS FIRMAS...
A firma em tela, mesmo com a apresentação de artigos que exibem grafotipografias, apresenta características significativas de falsificação, ou de uma falsificação bastante clara e de importância autêntica já detectada, ou ainda, em não se estabelecendo esta falsificação, de firma autêntica, porém, criada de maneira intencional em particular.

31 - FERRAZ DE ASSIS, 27.8.69 - do Livro: Estado.

32 - FERRAZ DE ASSIS, 27.8.69 - DO DECRETO DE CASSAÇÃO DE DALMO HONAISSER.

LEONARDO MOTA

Desmancha no ar

Brasília precisa ser reconquistada pelo ser humano, se ela quer se tornar de fato a capital de um país democrático. Por que não, por exemplo, transformar a Praça dos Três Poderes numa praça do povo, com pequenas livrarias, bares com cadeiras ao ar livre, mostrar que o povo é que faz o poder? A sugestão é do ensaísta Marshall Berman ("Tudo que é sólido desmancha no ar"), um humanista apaixonado que avisa: "Tem um gosto Chernobyl no ar" e um guru da modernidade que afirma: "Ser moderno é viver de paradoxo e contradição". Bem útil seria um encontro de Berman (que esteve na UnB esta semana) com os nossos constituintes que tentam modernizar o País via Constituição. Mas produzindo um anteprojecto que, pelo que se viu até agora, parece feito para um Brasil do passado. Um projecto nada sólido e que tem tudo para desmanchar no ar aos primeiros sopros de 1988.

ENTRE O ESGOTO E A RAZÃO

A opção do Governo de cortar obras pega Brasília no momento acentuado à mística de empreendedor de Juscelino Kubitschek e quando o governador José Aparecido de Oliveira sente-se mais motivado a refazer a estrutura da capital para o ano 2000. Brasília quer ser uma exceção no panorama do corte de gastos públicos porque o poder central não poderá funcionar com segurança — nem o corpo diplomático estará protegido — caso o Governo do Distrito Federal se veja sem condições de executar obras inadiáveis como a da despoluição do Lago Paranoá. Sobre esta obra, inclusive, pesam sectarismos e preconceitos que estão desafiando a autoridade do Governador. Deseja-se embargar a obra de tratamento de esgotos nas próprias margens do lago Paranoá, em nome da ecologia, e construir em seu lugar um túnel que exportará o esgoto da cidade para 20 quilômetros de distância. Uma verdadeira ferrovia do aço para o detrito federal. O preço da obra como — à beira do Lago — custará 80 milhões de dólares, exportando o esgoto para Goiás ou Minas, como querem os ecologistas, custará 150 milhões de dólares. Quem vai decidir é o racionalismo.

DE NOVO O PLEBISCITO

Volta a surgir a ideia de plebiscito para decidir entre parlamentarismo e presidencialismo. A Constituinte já não teria meios isentos de programar a forma de governo ideal para o País, pensam os formuladores da tese do plebiscito, como o ex-candidato a senador Hélio Paulo Ferraz, hoje prócer do PFL. E adianta: é melhor fazer o plebiscito agora, antes que o parlamentarismo seja aprovado, e o presidente Sarney o convoque, com o apoio de Leonel Brizola, Lula, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel e todos os demais presidencialistas.

COVAS NO CENTRO

O senador Mário Covas tem feito aberta apologia de sua posição ideológica, que segundo ele não é da extrema esquerda, mas da chamada social-democracia, à europeia. Covas coloca-se no centro-esquerda, deixando espaço aberto à esquerda a ser ocupado pelos socialistas do prefeito Roberto Saturnino, pelos xitas do PMDB e até pelo PT.

WALDIR NÃO APROVA

A pressão do Palácio do Planalto para derrubar o parlamentarismo, via governadores, não terá a adesão do governador da Bahia, Sr. Waldir Pires. Para ele, o que interessa agora é uma frente de pressão para garantir à Constituinte o cumprimento das promessas feitas ao eleitor. A forma de governo é um detalhe menor embutido nesse compromisso maior com o eleitorado.

Dias 28 e 29 Venha comemorar nosso 3º aniversário junto com

MOREIRA DA SILVA

e muito champagne
Reservas: 248-5641

CHOQUE

APOIO: INTERLAINE TURISMO - Passagens aéreas em 3 x s/ juros - 226-1514